

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do Banco Topázio S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Encerramos o saneamento da carteira de middle market e a descontinuidade da operação de cartão de crédito de pessoa física e reestruturação dos custos da instituição. Concentramos nossos esforços na oferta de crédito pulverizado para estabelecimentos comerciais de pequeno e médio porte através do desenvolvimento de canais de vendas. Firmamos aliança estratégica com a Ticket Serviços, ampliando o público-alvo de forma significativa e alinhada com o foco estratégico do Banco de atuar junto aos estabelecimentos associados à gestão de convênios. **Controle Interno e Compliance** - O sistema de Controles Internos constitui-se em um conjunto de atividades estabelecidas pela Alta Administração, envolvendo todos os níveis hierárquicos da Instituição, com a finalidade de assegurar a aderência de todos os níveis de negócios às leis e regulamentos aplicáveis e às boas práticas de governança corporativa. Instituiu-se metodologia direcionada a proteção de seus ativos, de modo a atender à Resolução 2.554/1998 e correlatas, nas

diversas áreas do Banco Topázio. **Ouidoria** - Com a filosofia de dar voz aos clientes e usuários dos produtos e serviços, o Banco Topázio S.A. disponibiliza este canal de comunicação, que contribui para aprimorar as relações entre a Instituição e seus usuários, com pilares na transparência, sigilo e confidencialidade no seu relacionamento, em observância às normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor de modo a atender o previsto na Resolução CMN nº 4.433/2010. Os canais de ouvidoria estão disponíveis em www.bancotopazio.com.br. **Gestão de Riscos** - A estrutura é composta pelo Comitê de Riscos, Comitê de Ativos e Passivos e Diretoria de Controles e sob a sua supervisão um corpo técnico responsável pelo monitoramento dos riscos conforme metodologia apresentada na sequência. O **Gerenciamento de Capital** consiste, em consonância as estratégias do Banco, da construção de cenários normais e estressados determinantes na realização de ações preventivas à insuficiência de capital. No **Risco de Mercado** utiliza-se como metodologia de monitoramento o Value at Risk (VaR), além da realização de testes de estresse simulando a carteira da instituição em situações atípicas

de mercado. No **Risco de Crédito** além do constante desenvolvimento nos processos de cadastro e análise para a concessão de crédito, a gestão utiliza-se do monitoramento de diversos indicadores, além da exigência de capital regulatório. A gestão do **Risco de Liquidez** consiste no monitoramento do fluxo de caixa diário, projetado para um horizonte de um ano. Através do Comitê de Ativos e Passivos são analisadas e definidas as estratégias para a gestão da liquidez. O **Risco Operacional** é monitorado através da análise de impacto e probabilidade dos riscos mapeados além da base de perdas operacionais. Por fim a Gestão de Riscos é responsável pela apuração dos limites operacionais determinados pelo BACEN, como o **Índice de Basileia**, buscando o equilíbrio entre as exposições aos riscos e a lucratividade, sempre em conformidade com a legislação vigente. Maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de riscos estão disponíveis em www.bancotopazio.com.br.

Porto Alegre (RS), 1º de março de 2017
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)			
	2016	2015	
Ativo			Passivo
Circulante	290.152	300.814	Circulante
Disponibilidades (Nota 4)	11.482	2.146	Depósitos
Aplicações interfinanceiras de liquidez	73.843	32.965	Depósitos à vista
Aplicações no mercado aberto (Nota 4)	73.843	32.965	Depósitos interfinanceiros (Nota 10)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	58.260	37.022	Depósitos a prazo (Nota 10)
Carteira própria	56.740	30.210	Relações interdependências
Vinculados ao Banco Central	-	5.479	Recursos em trânsito de terceiros
Vinculados a prestação de garantias	1.520	1.333	Outras obrigações
Relações interfinanceiras	3.577	1.368	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados
Depósitos vinculados ao Banco Central	117	81	Fiscais e previdenciárias
Correspondentes	3.460	1.287	Diversas (Nota 11)
Operações de crédito (Nota 6)	125.194	123.273	Não circulante
Setor privado	140.574	138.785	Depósitos
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(15.380)	(15.512)	Depósitos interfinanceiros (Nota 10)
Outros créditos	17.273	103.655	Depósitos a prazo (Nota 10)
Diversos (Nota 7)	20.445	104.136	Outras obrigações
Provisão para outros créditos	(3.172)	(481)	Diversas (Nota 11)
Outros valores e bens	523	385	Patrimônio líquido (Nota 13)
Bens não de uso próprio	-	201	Capital
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	(198)	De domiciliados no País
Despesas antecipadas	523	382	Capital a realizar
Não circulante	68.696	21.052	Ajustes de avaliação patrimonial
Realizável a longo prazo	66.371	16.711	Prejuízos acumulados
Operações de crédito (Nota 6)	63.924	12.718	
Setor privado	67.112	13.545	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.188)	(827)	
Outros créditos	2.323	3.886	
Diversos (Nota 7)	2.323	3.886	
Outros valores e bens	124	107	
Despesas antecipadas	124	107	
Imobilizado de uso (Nota 8)	667	796	
Outras imobilizações de uso	2.767	2.671	
Depreciações acumuladas	(2.100)	(1.875)	
Intangível (Nota 9)	325	1.807	
Ativos intangíveis	1.058	2.314	
Amortização acumulada	(733)	(507)	
Diferido (Nota 9)	1.333	1.738	
Gastos de organização e expansão	4.059	4.059	
Amortização acumulada	(2.726)	(2.321)	
Total do ativo	358.848	321.866	Total do passivo e do patrimônio líquido
			358.848
			321.866

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)						
	Capital social	Aumento de capital	Capital a realizar	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015	49.714	-	-	(29)	(12.645)	37.040
Aumento de capital	27.200	6.200	(800)	-	-	32.600
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(16.459)	(16.459)
Ajuste ao mercado	-	-	-	9	-	9
Saldos em 31 de dezembro de 2015	76.914	6.200	(800)	(20)	(29.104)	53.190
Saldos em 01 de janeiro de 2016	76.914	6.200	(800)	(20)	(29.104)	53.190
Aumento de capital	56.200	(6.200)	800	-	-	50.800
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(19.616)	(19.616)
Ajuste ao mercado	-	-	-	5	-	5
Saldos em 31 de dezembro de 2016	133.114	-	-	(15)	(48.720)	84.379
Saldos em 01 de julho de 2016	83.114	-	-	(33)	(33.983)	49.098
Aumento de capital	50.000	-	-	-	-	50.000
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(14.737)	(14.737)
Ajuste ao mercado	-	-	-	18	-	18
Saldos em 31 de dezembro de 2016	133.114	-	-	(15)	(48.720)	84.379

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: O Banco Topázio S.A. ("Banco" ou "Instituição") é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituído como Topázio S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 8 de abril de 2005, tornando-se operacional em 1º de março de 2006. Desde 12 de junho de 2009 opera na forma de Banco Múltiplo. O Banco Topázio tem como objeto oferecer serviços e produtos financeiros que atendam às especificidades de cada segmento de cliente utilizando, de forma sinérgica, o potencial da relação financeira com a rede conveniada Good Card e Ticket (alcançada através de aliança estratégica firmada em 2016). Em junho de 2016 foi firmada parceria com a Ticket, empresa representativa na gestão de convênios associados ao programa PAT e a gestão de frotas. O objetivo da parceria é aumentar o público-alvo do Banco, elevando os patamares de liberação de crédito, com reflexo já no 2º semestre de 2016. Essa parceria permite a preferência e acesso à informação relevante para a oferta de capital de giro aos estabelecimentos credenciados. O Banco concluiu o processo de descontinuidade da carteira de cartão de crédito para pessoas físicas bem como o saneamento da carteira de middle market, market, afetando ainda os resultados do exercício de 2016. Ambas as atividades foram responsáveis pelos prejuízos nos últimos anos devido ao desequilíbrio de preço, custo operacional e risco de crédito associado, além de crescimento organizacional para fazer frente às demandas destes produtos. Concomitantemente, o Banco revisou políticas de crédito, risco e liquidez, adotando parâmetros mais rígidos para aceitação de operações, maior conservadorismo na determinação da classificação de risco das operações, restringindo a exposição a contrapartes de operações e estabelecendo parâmetros de liquidez mais seguros. Também promoveu o reposicionamento de políticas de precificação o que possibilitou a geração de carteiras com menor risco de crédito e com maior rentabilidade. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 24 de fevereiro de 2017. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** **a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b. Apreciação de resultados:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações interfinanceiras de liquidez estão contabilizadas pelos valores de realização e os rendimentos estão contabilizados em função do prazo decorrido até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d. Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 do BACEN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias a saber: **• Títulos para negociação** - são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período classificados como ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento; **• Títulos disponíveis para venda** - são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; e **• Títulos mantidos até o vencimento** - são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **e. Operações de crédito:** As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito estão classificadas observando os parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação por níveis de risco (de AA até H). As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento

reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo o regime de competência. A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar. As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. **f. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. **g. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes):** Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias *pro rata* dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar. **h. Ativo permanente:** O imobilizado de uso está registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 8, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. **i. Intangível e diferido:** O ativo intangível está representado por gastos com o projeto Internet Banking e o desenvolvimento dos produtos Câmbio, Envio Fácil Internacional, Projeto CDCI, Empréstimo Consignado e Softwares, registrados ao valor de custo. A amortização para os projetos concluídos é calculada pelo método linear, com base no prazo de cinco anos para o Câmbio, três anos para Internet Banking e Consignado e um ano para CDCI. O ativo diferido está representado por gastos com a transformação em Banco Múltiplo, registradas ao valor de custo. A amortização é calculada pelo método linear, no prazo de 10 anos. **j. Redução ao valor recuperável de ativo:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **k. Ativos e passivos em moeda estrangeira:** Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento de balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. **l. Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos:** **• Depósitos interfinanceiros** - representam captações de Certificadas de Depósitos Interbancários (CDIs) e são demonstrados pelo valor das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidas em base *pro rata* dia. **• Depósitos a prazo e recursos de aceites e emissão de títulos** - estão representados por Certificadas de Depósitos Bancários (CDBs), Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGEs) e Letras Financeiras, pós-fixados, remunerados a taxas de juros em condições de mercado e estão registrados pelo valor captado acrescido dos encargos *pro rata* dia, até a data do balanço. **m. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes):** Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) e incorridos, n. **Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120 e a provisão para a contribuição social sobre o lucro, conforme MP 675 convertida em Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015, é calculada a 20% (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota volta a ser 15%. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados no grupo "Outros créditos". Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos em montante limitado ao seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei nº 13.169/2015. **o. Ativos e**

Atividades operacionais
Resultado do semestre/exercício antes dos impostos

	01/07/2016 a 31/12/2016	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015
Ajustes ao resultado do semestre/exercício	16.848	30.486	24.254
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.116	22.999	20.567
Provisão para outros créditos	29	2.691	-
Provisão para passivos contingentes	2.236	2.631	2.575
Depreciação e amortização	663	1.329	912
Baixa líquida de imobilizado e intangível	804	836	200
Resultado líquido ajustado	1.715	9.954	17.399
Variações nos ativos e passivos	(73.511)	(10.391)	(122.906)
Ajustes de avaliação patrimonial	18	5	9
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(18.750)	(21.238)	(4.335)
(Aumento) em relações interfinanceiras	(255)	(2.209)	(1.249)
(Aumento) em operações de crédito	(81.148)	(76.126)	(28.048)
(Aumento) redução em outros créditos	(5.692)	85.254	(9.907)
Redução em outros valores e bens	387	761	6.421
Aumento (redução) em outras obrigações	8.099	10.650	(2.102)
(Aumento) redução em depósitos	19.964	(11.078)	36.811
(Redução) em recursos de letras financeiras	-	-	(121.605)
Aumento em relações interdependências	3.866	3.590	493
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(71.796)	(437)	(105.507)
Atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso	(29)	(148)	(350)
Aplicação no intangível	-	(1)	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos	(29)	(149)	(350)
Atividades de financiamentos			
Aumento de capital por subscrição	50.000	50.800	32.600
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	50.000	50.800	32.600
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(21.825)	50.214	(73.257)
Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	107.150	35.111	108.368
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre (Nota 4)	85.325	85.325	35.111
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(21.825)	50.214	(73.257)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

passivos contingentes: De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009: **• Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. **• Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **p. Outros ativos e passivos:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata dia*). **q. Estimativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. O Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. **r. Demonstração do fluxo de caixa:** A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **s. Resultado por ação:** O resultado por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços. **4. Disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez:** Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estavam registrados os seguintes montantes:

	2016	2015	
Disponibilidades	11.482	2.146	
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	1.500	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	70.015	13.455	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.828	18.010	
	73.843	32.965	
Total de caixa e equivalentes de caixa	85.325	35.111	
5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos			
	2016	2015	
	Valor de mercado	Valor de Custo	Valor de mercado
Títulos disponíveis para venda			
Carteira própria - LFT	56.740	56.754	30.210
Vinculados ao Banco Central - LFT	-	-	5.479
Vinculados a prestação de garantias - LFT	1.520	1.521	1.333
Total	58.260	58.275	37.022

Os títulos públicos federais possuem vencimento em 1º de março de 2018 e 1º de março de 2020 e o valor de mercado foi apurado com base nos preços divulgados pela Anbima. Os efeitos decorrentes do ajuste a valor de mercado foram levados à conta específica do



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

continuação

patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2016 foi registrado perda de R\$15 (R\$36 em 31 de dezembro de 2015). Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não havia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto. 6. Operações de crédito: O Banco opera produtos de crédito voltados a pessoas físicas e jurídicas. As operações com pessoas físicas são: crédito consignado privado, financiamento ao consumo através de associação com varejos e financiamentos de créditos de cartão de crédito. As operações com pessoas jurídicas são: empréstimo de capital de giro e desconto de títulos, geralmente associadas a garantias em recebíveis. A carteira de operações de crédito apresenta a seguinte composição:

a. Composição das operações de crédito por modalidade

Table with columns for 2016 and 2015, and sub-columns for Circulante, Não circulante, and Total. Rows include Setor privado, Capital de giro, Cartão pessoa física, CDC, Consignado, Títulos descontados, and Total operações de crédito.

b. Composição da carteira por vencimento:

Table with columns for 2016 and 2015, and sub-columns for Vencidos, Até 60 dias, De 61 a 180 dias, Acima de 180 dias, A vencer, Até 180 dias, De 181 a 360 dias, and Total circulante.

A vencer acima de 360 dias (não circulante)

Table with columns for 2016 and 2015, and sub-columns for Total.

c. Composição da carteira por setor de atividade

Table with columns for 2016 and 2015, and sub-columns for Indústria, Comércio, Outros serviços, Pessoa física, and Total.

d. Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa: Conforme disposto no art. 3º, da Resolução nº 2.697/00, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no art. 1º, da Resolução nº 2.682/99, do BACEN:

Table with columns for 2016 and 2015, and sub-columns for Operações de crédito, Provisão, and Total. Rows include A, B, C, D, E, F, G, H, and Total.

e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Table with columns for 2º semestre 2016, 2016, and 2015. Rows include Saldo inicial, Constituição de provisão, Reversão de provisão, Crédito baixados para prejuízo, Saldo final, Circulante, and Não circulante.

As operações renegociadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 montavam R\$10.278 (R\$5.372 em 31 de dezembro de 2015). No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram recuperados créditos no montante de R\$4.191 (R\$2.233 em 31 de dezembro 2015). 7. Outros créditos diversos:

Table with columns for 2016 and 2015, and sub-columns for Circulante, Emissores a receber (a), Impostos e contribuições a compensar, Títulos e créditos a receber, Sociedades ligadas (b), Depósito judicial, Adiantamentos e antecipações salariais, Tributos diferidos (Nota 17), Outros, Total circulante, Não circulante, Tributos diferidos (Nota 17), and Total não circulante.

(a) Emissores a receber: Valores a receber oriundos de transações antecipadas à rede de estabelecimentos credenciados à bandeira Good Card. (b) Sociedades ligadas: Valores a receber da empresa Ticket Soluções HDFGT S.A. de R\$0 (R\$ 5.376 em 2015 com a razão social Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios HAAG S.A.), oriundos de reembolso de despesas e utilização de cartões em rede de estabelecimentos credenciados à bandeira Good Card.; Valores a receber da Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Cartões BHOA Ltda. de R\$0 (R\$ 371 em 2015), Good Card Licenciamentos QBUA Ltda. de R\$1 (R\$ 14 em 2015), Saque e Pague Rede de Autoatendimento S.A. de R\$ 536 (R\$ 38 em 2015), ITS System Tecnologia e Processamento de Dados HH Ltda. de R\$0 (R\$ 108 em 2015), Teclouid Serviços de Tecnologia AHU Ltda. de R\$ 2 (R\$ 0 em 2015) e Quantiza Tecnologia da Informação Ltda. de R\$1 (R\$ 0 em 2015), oriundos de reembolso de despesas.

8. Imobilizado de uso:

Table with columns for 2016 and 2015, and sub-columns for C u s t o corrigido, Depreciação acumulada, Líquido, and Taxas anuais depreciação %.

9. Intangível e diferido:

Table with columns for 2016 and 2015, and sub-columns for Custos corrigido, Amortização acumulada, Líquido, and Taxas anuais amortização %.

Table with columns for 2016 and 2015, and sub-columns for Custos corrigido, Amortização acumulada, Líquido, and Taxas anuais amortização %.

Diferido: Gastos de organização e expansão. Os depósitos a prazo e recursos de letras financeiras: Os prazos de vencimentos das operações de depósitos interfinanceiros, a prazo e letras financeiras, estão assim segregados:

Table with columns for A vencer em até 90 dias, A vencer de 91 dias a 360 dias, A vencer acima de 360 dias, Total Circulante, and Total não circulante. Rows include Depósitos, Depósito à vista, Depósito a prazo, Depósito interfinanceiro, and Total - dezembro 2016/2015.

Os depósitos a prazo e interfinanceiros são remunerados em até 115,00 % da taxa do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com vencimentos até dezembro/2019.

11. Outras obrigações - Diversas:

Table with columns for 2016 and 2015, and sub-columns for Circulante, Transações a reembolsar (a), Sociedades ligadas (Nota 18), Provisão para pagamentos (b), Provisão para passivos contingentes (Nota 12), Outras, Total circulante, and Não circulante.

(a) Transações a reembolsar: Transações a pagar a estabelecimentos credenciados à bandeira Good Card. (b) Provisão para pagamentos: Valores a pagar de despesas pessoais e outras despesas administrativas. 12. Passivos contingentes: A Instituição possui passivos contingentes relativos a processos em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas provisões estão demonstrados na tabela a seguir:

Table with columns for Natureza, Probabilidade de perda, Quantidade, Valor estimado, and Provisão 2016/2015. Rows include Trabalhista, Tributária, Cível, and Total.

As ações de natureza cível são referentes a rescisão de contratos, ações de sustentação de protesto, inexistência de débitos e indenizatórias. As ações de natureza trabalhista decorrem de processos, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, tendo como objeto os direitos trabalhistas.

13. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2016, o capital social é de R\$133.114, representado por 116.695.420 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de julho de 2016 foi deliberado e aprovado aumento do Capital Social do Banco em R\$50.000 mediante a emissão e subscrição de 43.833.002 novas ações ordinárias, sem valor nominal, ao preço de R\$1,140693 por ação, dos quais R\$43.550 foram integralizados em 12 de julho de 2016 e o restante, R\$6.450, em 15 de julho de 2016. b. Reservas de lucros: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do período, quando auferido, limitada até 20% do capital social nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações. c. Dividendos: O estatuto assegura a distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

14. Receitas de prestação de serviços: As receitas de prestação de serviços são representadas em sua maioria pelas tarifas cobradas dos bancos conveniados à rede de ATMs (caixas eletrônicos) do Banco, no montante de R\$ 35.113 (R\$ 12.457 em 2015) e tarifas cobradas de pessoas jurídicas na abertura de crédito. 15. Despesas administrativas:

Table with columns for 2º Semestre, Exercício, and sub-columns for 01/01 a 31/12/2016 and 01/01 a 31/12/2015. Rows include Processamento de dados (a), Serviços do sistema financeiro (b), Serviços técnicos especializados, Serviços de terceiros, Aluguéis, Comunicações, Outras despesas administrativas, and Total.

(a) O aumento das despesas com processamento de dados no exercício de 2016 esta relacionado a quantidade de terminais de atendimento de posto bancário (ATM) alugados. (b) A redução das despesas de serviços do sistema financeiro no exercício de 2016 esta relacionado a diminuição nas comissões pagas aos correspondentes bancários, que atuavam no crédito de varejo. 16. Outras receitas operacionais: Representam, majoritariamente, receitas decorrentes do pagamento antecipado de reembolso de transações de cartões à rede de estabelecimentos, no montante de R\$11.738 (R\$32.199 em 2015), mediante desconto pelo prazo antecipado e recuperação de despesas. 17. Imposto de renda e contribuição social: No primeiro semestre de 2015, reavaliamos a probabilidade de realização dos créditos fiscais para os exercícios futuros. Em consequência da expectativa de resultado fiscal negativo para o período, efetuamos a baixa do crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, no montante de R\$7.665. Os valores de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado foram apurados através do regime de apuração do lucro real em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Table with columns for 2016 and 2015, and sub-columns for Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social, (+) Adições, (-) Excluições, Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social antes das compensações, IRPJ diferido, CSSL diferido, Total imposto de renda e contribuição social diferidos, and a. Imposto de renda e contribuição social diferidos.

Table with columns for Saldo em 31/12/2015, Consti-tuição, Reali-zação, Baixa, and Saldo em 31/12/2016. Rows include Adições temporárias, Provisão para créditos de liquidação duvidosa, Provisão para passivos contingentes administrativas, Ativo fiscal diferido - reconhecido no resultado, Ajuste ao valor de mercado - TVM, Total, and Período.

Table with columns for 2016 and 2015, and sub-columns for Saque e Pague, Inter-Ticket, Embratoc, Tec-cloud, Outras, Total, and Total. Rows include Ativo, Outros créditos (a), Passivo, Depósitos à vista, Depósitos a prazo (b), Outros passivos (c), and Total.

O valor presente dos créditos tributários, descontados pelo custo médio de capital de 15,39% a.a. em 31 de dezembro de 2016 é de R\$8.741. O saldo existente em 31 de dezembro de 2016 está suportado pelo Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário elaborado pela Administração e aprovado pela Diretoria, o qual considera projeções de resultado e plano de negócios com base na conjuntura atual e cenários futuros das premissas utilizadas nas referidas projeções. 18. Transações com partes relacionadas:

a. Transações e saldos: As transações com partes relacionadas compreendem, em sua maior parte, depósitos à vista e a prazo efetuados a taxas e condições usuais de mercado:

Table with columns for 2016 and 2015, and sub-columns for Saque e Pague, Inter-Ticket, Embratoc, Tec-cloud, Outras, Total, and Total. Rows include Ativo, Outros créditos (a), Passivo, Depósitos à vista, Depósitos a prazo (b), Outros passivos (c), and Total.

(a) Outros créditos referem-se a valores a receber de sociedades ligadas oriundos de reembolsos de despesas e valores a receber oriundos de utilização de cartões em rede de estabelecimentos credenciados à bandeira Good Card. (b) Depósitos a prazo referem-se a captações através de CDBs. (c) Outros passivos referem-se a valores a pagar a sociedades ligadas oriundos de reembolsos de transações e serviços prestados. b. Remuneração da Administração: Os administradores são remunerados na forma de pró-labore pagos via folha de pagamento. O valor total da remuneração no exercício, incluindo gratificações, é apresentado na rubrica "Despesas de pessoal", na demonstração do resultado, no montante de R\$2.466 (R\$2.037 em 2015). A Instituição não disponibiliza outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. 19. Estrutura de gerenciamento de riscos: A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão na Instituição. Por isso conta com uma estrutura dedicada ao gerenciamento de riscos, constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas. Risco operacional: Conforme a Resolução nº 3.380/2006, define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A gestão desse risco ocorre a partir das recomendações do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), respeitando os normativos vigentes. Risco de mercado: Conforme Resolução nº 3.464/2007, define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado. A Instituição utiliza o VaR (Value at Risk) para situações normais, além da realização de testes de estresse simulando situações atípicas de mercado. Risco de liquidez: Risco de liquidez pode ser entendido como a possível incapacidade da instituição honrar suas obrigações, causadas pela ocorrência de desequilíbrios entre a entrada e saída de recursos no fluxo de caixa. Em atendimento à Resolução nº 4.090/2012, a Instituição monitora o fluxo de caixa diário, projetando cenários para o horizonte de um ano, além de indicadores de liquidez de curto e longo prazo. Risco de crédito: Conforme a Resolução nº 3.721/2009, define-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Além do constante desenvolvimento nos processos de cadastro e análise para a concessão de crédito, a gestão de risco de crédito utiliza-se do monitoramento de diversos indicadores, além da exigência de capital regulatório. Gerenciamento de capital: Conforme Resolução nº 3.988/2011, define-se gerenciamento de capital como um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a instituição está sujeita e do planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A gestão consiste na construção de cenários contemplando a evolução projetada para os ativos da instituição, bem como o resultado esperado em função das receitas e despesas orçadas. Também são construídos cenários estressados identificando necessidades adicionais de capital em razão de quebras das premissas projetadas. 20. Limite operacional (Acordo da Basileia): Em dezembro de 2016, o Banco Topázio encontra-se enquadrado nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basileia em 32,98%, possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 10,5% sobre os Ativos Ponderados por Risco (RWA), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013 do CMN e demais normativos complementares. O Patrimônio de Referência é inteiramente formado pelo capital denominado como de Nível 1, e este por sua vez é inteiramente formado por capital classificado como Capital Principal, desse modo esses indicadores possuem o mesmo valor do Índice de Basileia e portanto acima do mínimo exigido de 6% para o Nível 1 e 4,5% para o Capital Principal. O banco possui PR suficiente para suportar também a exposição referente ao risco de mercado das operações da carteira de não negociação, de acordo com a Circular nº 3.365/2007 do BACEN e demais normativos pertinentes.

A Diretoria

Patrícia Cáren da Silveira Andrade - Contadora - CRC/RS 58013/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do Banco Topázio S.A. Porto Alegre - RS. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Topázio S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Topázio em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior: As demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram auditadas por outros auditores que emitiram uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras em 03 de março de 2016. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração do Banco Topázio é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras,

nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco Topázio continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas

demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco Topázio. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 1º de março de 2017

KPMG Auditores Independentes CRC SP014428/F-7

Cristiano Jardim Segueiro CRC SP-244525/O-9 T-RS